

Neo-liberalismo, educação e racionalização: a criação da Escola Livre de Sociologia e Política como prática política da grande indústria paulista nos anos 30.

Álvaro Tenca¹

Resumo

Na efervescência político-social que marcou as décadas de 1920 e 1930 no Brasil, quatro grandes temas ganhavam destaque e apareciam como bandeira comum à maioria dos atores em luta: industrialização, revolução, racionalização e educação. Em São Paulo, em meio às lutas pela universalização de uma vontade particular, o tema da educação ganha cores mais vivas, seja como lugar privilegiado do confronto político, seja, ao contrário, como elemento aglutinador de grupos com interesses divergentes - com se pode observar quando do fortalecimento da bandeira da união em torno dos interesses paulistas. Bandeira essa que chega a transformar-se em forte mística a partir do Movimento Constitucionalista de 1932: somente São Paulo seria capaz de fornecer homens suficientemente competentes para compor a elite dirigente do Brasil, um país que passava por um período de grave crise provocada, principalmente, pela inexistência de uma sólida estrutura educacional moderna que fosse capaz de reeducar as massas e formar técnicos competentes para administrar as coisas públicas. Com o fim do Movimento de 32, que havia sustentado uma aliança de diferentes grupos paulistas - entre eles o grupo político do jornal O Estado de São Paulo, principal responsável pelo projeto de criação da Universidade de São Paulo em 1934, e o núcleo de empresários representados pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) -, as pincelas políticas particulares são retomadas. Em 1933, os empresários tomam a dianteira criando a Escola Livre de Sociologia e Política, que aparece como um dos mais importantes atos políticos da grande indústria no Brasil. No discurso de inauguração, Roberto Simonsen, presidente da FIESP, admitindo a necessidade de reformulação do velho liberalismo ortodoxo e defendendo um Estado neo-liberal, indica a prânica de largos horizontes com a qual essa Escola deveria estar comprometida: a instituição de verdades científicas sobre a realidade brasileira, capazes de proporcionar os instrumentos necessários para garantir a correta ação de um Estado normanzador da sociedade segundo a vontade da grande indústria.

Na agitada arena política das décadas de 20 e 30 no Brasil, quatro grandes temas ganhavam destaque e apareciam, direta ou indiretamente, como bandeira comum à maioria dos atores em luta: *educação, racionalização, revolução e industrialização*. Os dois últimos sempre mais estreitamente ligados, ainda que apontando para práticas antagônicas: ou se defendia uma

"verdadeira" transformação na sociedade como um todo, como condição até para "salvar" a República - e a industrialização surgia como caminho natural e necessário - ou, de outro lado, se alertava para o perigo de uma transformação radical de inspiração socialista - e aqui a indústria aparecia como a grande responsável, já que "fomentava a luta de classes"...

Para uns, a grave crise pela qual passava o país já na segunda metade dos anos 20 se devia, principalmente, à arcaica estrutura produtiva fundada na economia agro-exportadora e que garantia, ainda, a permanência no poder de uma elite oligárquica egoísta e incompetente, incapaz de reconduzir a República nos trilhos do progresso. Uma elite que não conseguia incorporar as massas ao mundo moderno do aumento da produção e do acesso ao consumo, provocando, assim, um descontentamento crescente, campo fértil para o desenvolvimento de ideologias desintegradoras da sociedade. Era preciso, pois, racionalizar a produção como um todo, defender a indústria nacional criando as condições necessárias para um crescente aumento da produção e da produtividade. Era preciso, também, reformular o ensino em todos os níveis para garantir, sobretudo, a formação de elites competentes e trabalhadores produtivos e interessados na produção.

No campo oposto, o discurso se invertia: as crises sucessivas tinham suas raízes num protecionismo

¹ Professor do Departamento de Educação - IB - UNESP - Câmpus de Rio Claro.

indevido que fazia proliferar indústrias improdutivas, corroendo a economia, explorando mão-de-obra mal remunerada, rebaixando o nível de vida da população operária que, agitada por trabalhadores estrangeiros subversivos, empregados, também, pelos industriais, ameaçava transformar a sociedade brasileira num mundo bolchevique.

Estudos mais recentes sobre a história do Brasil desse período têm contribuído para se aferir de maneira mais efetiva o papel dos industriais na reorientação não só das instituições do Estado propriamente dito, mas do universo social como um todo, a partir do final dos anos 20. No entanto, cumpre observar desde logo que é necessário um olhar mais atento que possibilite enxergar uma prática política estatal para fora das paredes do palácio. Quero com isso dizer que o poder exercido em nome de uma determinada classe pode passar à margem das práticas desenvolvidas pelos administradores públicos responsáveis pelas instituições governamentais vigentes.

Uma visão estatista da história pode afirmar, por exemplo, que o governo Vargas fez pelo grande capital no Brasil o que os seus representantes diretos não foram capazes de fazer já que, em função da sua "debilidade", a "burguesia industrial" não conseguira conquistar o poder. Embora creditasse mais à incapacidade de articulação política o insucesso daquela classe, Luiz Werneck Vianna é, ao meu ver, o que vai mais longe nessa vertente analítica (VIANNA, 1976). Identificando, no âmbito do liberalismo, um projeto fordista dos industriais nos anos vinte, ele afirma que estes constituíam uma classe que, naquele período, era "incapaz de pensar fora do universo da fábrica e dos postulados constitutivos do liberalismo clássico"(VIANNA, op. cit., p.85). E quando "os empresários desgarraram do modelo fordista, logo que constataram que a coerção deveria vir do Estado, já que

não tinham meios para impor a disciplina do industrialismo a partir da sociedade civil"(VIANNA, op. cit., p.185), não tiveram força política suficiente para assumir diretamente o aparato estatal. E é esse Estado do qual os industriais não participam que vai impor a "disciplina do industrialismo" - fazer, pelo grande capital, o que os seus representantes diretos não conseguiram.

Observações críticas a essa concepção de "revolução pelo alto" já foram apresentadas em *1930 - O silêncio dos vencidos* de Edgar de Decca (DECCA, 1981), em especial no capítulo IV onde esse autor desenvolve o "tema da industrialização". Aqui Decca, analisando discursos de Roberto Simonsen, mostra que o empresariado, sobretudo a partir do CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), criado em 1928, começa a levar adiante um projeto de largo alcance, estruturado no universo da racionalização, visando a uma normatização da sociedade sob a ótica da grande indústria. O autor deixa claro nesse trabalho que racionalizar significa a implementação de uma política estatal voltada para a expansão do capital industrial, fundada na aplicação de métodos de intensificação do trabalho, que teve, na legislação trabalhista do período Vargas um dos seus mais fortes pilares. E com o fortalecimento da entidade de classe a partir da criação da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), criada em 1931, novas instituições surgiram, fora do aparato estatal, fazendo multiplicar as agências comprometidas com esse projeto. Duas delas merecem uma atenção especial: a Escola Livre de Sociologia e Política criada em 1933, sobre a qual falarei mais adiante e, já antes desta, a partir de junho de 1931, o IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho).

A prática política desse Instituto é objeto de estudo da minha tese de mestrado já citada anteriormente. Aqui quero apenas mencionar que ao

difundir o ideário da racionalização do trabalho no Brasil, o IDORT, embora tivesse sido gestado na Associação Comercial de São Paulo, desde 1929, acaba por se constituir, direta ou indiretamente, no grande responsável, pela criação de inúmeras agências garantidoras da orientação política segundo a razão da grande indústria, cujos representantes mais importantes estavam aglutinados em torno da FIESP. O SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SESI (Serviço Social da Indústria), SESC (Serviço Social do Comércio), a Fundação Getúlio Vargas e o próprio DASP (Departamento de Administração do Serviço Público), do governo Vargas, são algumas das instituições desenhadas pelos idortianos ao longo dos anos 30 e 40.

A aposta numa sociedade organizada segundo princípios racionais, ou seja, orientada não pelo vontade de grupos ou de classes mas por imposições "científicas", esteve presente nas lutas políticas dos anos 30 no Brasil. A criação do Ministério do Trabalho em 1931 com todas as cores corporativistas, bem como toda a legislação trabalhista que acaba por compor a C.L.T. (Consolidação das Leis do Trabalho) na década de 40, foram acompanhadas de exaustivos discursos fundados na competência técnica que ocupava o lugar das paixões políticas. Não eram diferentes, também, os projetos de reforma do ensino em todos os níveis, que são discutidos nos anos 20, envolvendo diferentes setores da sociedade, e que acabam por provocar a criação de novas instituições na década seguinte. Entre elas, as Universidades de São Paulo (1934) e do Distrito Federal (1932/1935), do Instituto de Psicologia do Distrito Federal (1931) e da já citada Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo (1933), além das escolas técnicas profissionalizantes, tanto em nível federal como estadual. Cada uma dessas novas instituições que nascia era sempre acompanhada da mesma justificativa: preparar as bases de uma nova

mentalidade para fazer frente às exigências de uma sociedade moderna, racionalizada, que não poderia funcionar sem os postulados da ciência e da técnica.

Na arena política, nas lutas travadas em torno da universalização de vontades particulares, racionalização foi uma bandeira comum. Numa época de fortes e crescentes manifestações sociais, sobretudo a partir da segunda metade dos anos vinte, quando o tema da revolução ganhava força e o fantasma do comunismo desfilava os seus lençóis vermelhos, o pensamento autoritário se fortalece. Era preciso salvar a República. Indivíduos inescrupulosos e incompetentes, políticos profissionais, visavam satisfazer apetites pessoais e levavam o país à bancarrota. Era preciso resgatar a moralidade. Uma nação moderna necessita de um Estado moderno. Um Estado constituído por mentalidades "desinteressadas", indivíduos que se coloquem acima de suas vontades próprias ou de grupos e dotados de reconhecida capacidade técnica para administrar as coisas públicas. Basta de política, campo minado das paixões, o grande mal, flagelo dos tempos de então!

De setores mais reacionários, como os integralistas de Plínio Salgado, até adeptos do socialismo, passando pelos "democratas constitucionalistas" de Armando de Salles Oliveira e principalmente os dissidentes perrepistas encastelados na FIESP, todos defendiam um Estado racionalizador, cuja ação deveria se orientar pela competência técnica e não por interesses particularistas de classe. A retórica do governo Vargas não estava sozinha: nos anos trinta, qualquer grupo que desejasse entrar em cena tinha que dar conta da indigesta tarefa de fazer política sem ser político...

Em São Paulo, as lutas pela universalização de uma vontade particular incorporava, também, nesse discurso da racionalização, a bandeira da união em torno dos interesses paulistas, que deveriam comandar os destinos do país. Bandeira essa que chega a transformar-

se em forte mística a partir do *Movimento Constitucionalista de 1932*. Somente São Paulo seria capaz de fornecer homens suficientemente competentes para compor a elite dirigente do Brasil, um país que passava por um período de grave crise provocada principalmente pela inexistência de uma sólida estrutura educacional moderna que fosse capaz de reeducar as massas e formar técnicos competentes para administrar as coisas públicas. Se a solução estava na organização da sociedade segundo os princípios racionais, se ciência e técnica eram os fundamentos do progresso moderno, então o caminho para resolver tão graves problemas passava necessariamente pela reformulação do ensino em todos os níveis. Além disso, como já foi dito anteriormente, o tema da educação já vinha tendo uma presença muito forte no universo político brasileiro no transcorrer dos anos 20.

Com o fim do *Movimento de 32*, que havia sustentado uma aliança entre diferentes grupos políticos paulistas, as práticas particulares são retomadas. A criação da Escola Livre de Sociologia e Política em 1933 e da Universidade de São Paulo em 1934, embora expressões de um ideário político comum, apresentam, contudo, contornos diferenciados através dos quais se pode compreender melhor duas das principais práticas políticas do cenário paulista no período. De um lado os empresários da grande indústria, com Roberto Simonsen, que tinham como principal reduto a FIESP; de outro, o grupo do jornal *O Estado de S. Paulo*, com Mesquita e Salles Oliveira (1). (V. Nota 5, p.7)

A criação da Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo, em 1933, aparece como um dos mais importantes atos políticos da grande indústria no Brasil, com participação direta dos seus representantes. No discurso de inauguração proferido por Roberto Simonsen (SIMONSEN, 1933), o grande comandante da FIESP nos acontecimentos de 1932, fica muito clara a

prática de largos horizontes com a qual essa Escola deveria estar comprometida: a instituição de verdades científicas sobre a realidade brasileira - segundo a vontade da grande indústria - capazes de proporcionar os instrumentos necessários para uma normatização da sociedade como um todo. O velho liberalismo do século passado precisa ser reformulado. Os desequilíbrios econômicos, provocando o agravamento das crises políticas e sociais em todo o mundo, eram decorrentes de uma prática liberal ainda muito presa à clássica separação entre funções de governo e problemas econômicos. Embora responsável por um "formidável progresso técnico" o individualismo econômico em excesso "acentua em muito a separação das classes, a diferença entre os indivíduos, a desigualdade dos padrões de vida entre os povos" (SIMONSEN, op. cit., p.25). Simonsen reclamava uma ação do Estado voltada para uma política social que deveria crescer em harmonia com o progresso técnico. Mas advertia quanto ao perigo de uma interferência indevida do Estado:

Mas daí a cair em extremo oposto, o da tirania absoluta do coletivismo, cerceando a justa expansão da natureza humana, privando o homem de liberdades essenciais, abolindo o estímulo e criando constrangimentos artificiais, é desconhecer por completo os fundamentos das ciências sociais e a filosofia da história (op. cit., p. 25).

Ao apontar a inadequação da economia política, na concepção ortodoxa do liberalismo, para os tempos atuais, Roberto Simonsen insiste na necessidade de se investir nas ciências sociais como garantia para o eficiente funcionamento de uma sociedade moderna. Antropologia, sociologia, psicologia, estatística e até mesmo a filosofia, constituíam-se em avanços do conhecimento da vida humana, numa relação muito íntima com o desenvolvimento técnico. A técnica -

"ciência aplicada objetivamente" - fornece elementos novos que fazem alargar o universo científico, instrumentalizando a ação com vistas a um novo incremento técnico. "Estabelece-se assim como que uma permanente interdependência entre a região das hipóteses e a esfera das concretizações; e quanto mais intenso é esse intercâmbio de conhecimentos tanto mais útil se vai tornando a ciência que fica sendo o núcleo central dessas relações" (op. cit., p.21).

As leis de mercado não eram mais suficientes para manter o equilíbrio. Era necessário *conhecer* cada vez mais a já complexa estrutura da realidade brasileira, com técnicas mais aprimoradas e acuidade científica, visando garantir a eficiência da prática estatal na busca de uma harmonia social.

A Escola tinha, pois, como objetivos, produzir conhecimento sobre o universo social brasileiro e formar elites competentes capazes de conduzir eficiente e corretamente os destinos do país. Tratava-se, na verdade, de mais um dos momentos de uma prática política generalizadora que, falando de São Paulo, buscava impor uma vontade particular em nível nacional. A grande indústria paulista voltava à carga. Procurava fortalecer o seu programa político antecipando-se a outros grupos, apontando as suas falhas e, principalmente, construindo um arsenal cada vez mais poderoso contra o grande inimigo.

Assim é que, em várias passagens do discurso, Simonsen procura demonstrar que as crises pelas quais passa o país são devidas à falta de conhecimentos por parte dos homens do governo sobre os problemas brasileiros, o que os leva a improvisações, a agir pela intuição ou inspiração - atitudes condenáveis na administração pública "moderna". Em outros momentos trata de relativizar a força da intensa campanha em torno da criação da Universidade de São Paulo, na tentativa de neutralizar a prática política dos setores comprometidos

com esse projeto (Cardoso, 1982). Reforçar sua "correta" percepção das "verdades" desqualificando a outra:

Ao invés de um instituto de simples divagações acadêmicas, a escola de que aqui cogitamos se destina precipuamente a intensificar a adaptação do homem ao meio, sob a égide da ciência, da experiência e da observação, obedecendo a uma orientação prática (op. cit., p.7).

Ainda que não de maneira explícita, é claro que a grande preocupação presente nesse discurso diz respeito ao controle da classe trabalhadora. A defesa de um Estado que possa promover uma ampla política social, com investimento na formação de pesquisadores e de técnicos voltados para essa área, a aposta, enfim, na constituição de uma elite cientificamente preparada para dirigir as principais instituições do país, pressupõem uma massa que deve ser conduzida. E na parte final, com o sugestivo título *Rebelião das Massas*, o grande inimigo aparece.

A leitura que a "engenharia" da Organização Científica do Trabalho fazia da obra de José Ortega y Gasset (1971) permitia, aos defensores da racionalização da sociedade, estabelecer a ponte entre a ordem que se impunha no universo do trabalho - através da verdade tecnológica da fábrica - e a organização social de maneira mais ampla - através da verdade científica da sociedade humana. Tratava-se, na verdade, de uma estratégia de luta: no momento em que o controle deixa de ser suficiente se restrito aos limites geográficos da fábrica, é preciso garantir que ele continue sendo feito, embora para fora de seus muros, em nome dela. Através dessa ponte Simonsen vai procurar escapar da divisão de classes derivada da relação capital/trabalho. O homem-massa é o indivíduo destituído do "espírito civilizatório", aquele que por não ter passado pelo sacrifício, pela violência da privação na construção do progresso atual,

agora, desfrutando de suas benesses, ameaça fazer desabar a estrutura da civilização. Esse ser sem "saber" e sem "razão" "existe em todas as classes, desde os trabalhadores até os homens de ciência". Portanto são homens-massa tanto os governantes da época - os incompetentes, os improvisadores - e os que defendem o Estado totalitário - fascistas ou comunistas - como, também, a grande maioria do povo que, por ser inculta, acaba se deixando levar por aqueles.

Mas, ajustes teóricos à parte, o que mais preocupava os fundadores da Escola de Sociologia e Política eram as massas assalariadas. Nenhuma novidade, é claro, mesmo porque a indústria, na época, era tida como a grande responsável pelo fantasma da luta de classes. Era indispensável, pois, que na sua proposta política estivesse assegurado o controle dos trabalhadores. E nas lutas políticas entre "as classes conservadoras" da época, disciplinar as massas, impedindo que elas contribuíssem para aumentar a "ameaça comunista" - o grande inimigo -, era a grande bandeira comum. Nesse campo os homens da FIESP sabiam jogar muito bem. Já haviam provado isso nos anos finais da década de 20, a partir do CIESP, e principalmente na incrível mobilização que comandaram nos acontecimentos de 1932 (2). (V. Nota 12, p. 11)

A concepção de uma sociedade com estrutura política fundada na relação elite/massas se ajustava ao espírito da época e não era privilégio dos defensores da sociedade industrial, embora tivessem sido estes, sem dúvida, os mais eficientes na sua aplicação na prática política. Se a indústria surgia como consequência lógica e natural da busca da realização humana - o progresso - e se não se garante este sem a manutenção e o incremento daquela, obstaculizar o seu avanço seria insurgir-se contra a razão e contra a própria natureza. A entrada em cena do proletariado, os múltiplos problemas que a concentração populacional nos grande centros

provocava, a ameaça, enfim, sempre presente, de uma ruptura da ordem pela ação irracional das massas, eram desafios que somente a industrialização crescente poderia enfrentar. Crises políticas agudas e luta de classes são coisas de sociedades atrasadas, marcadas ainda por um universo rural, com estrutura fabril atrofiada. Assim os empresários da grande indústria em São Paulo respondiam aos ataques, fazendo inverter os sinais. De setor responsabilizado pelas graves crises, transformava-se no grande agente do progresso, capaz de recriar o equilíbrio harmonioso entre as classes.

A busca desse equilíbrio harmonioso passava então, necessariamente, por uma prática capaz de estabelecer um controle eficiente sobre a massa trabalhadora. Criar novas estratégias disciplinadoras que tornassem possível docilizar o homem-massa, garantindo a acumulação através da potencialização do trabalho, era a grande tarefa. Aumentar a produtividade e exercer melhor controle exigiam um conhecimento mais acurado da realidade, em especial a do trabalhador. A direção política, o exercício do poder político - numa sociedade "moderna" não pode prescindir da ciência. É certo que "massas existem para serem dirigidas" mas somente elites cientificamente preparadas poderão torná-las produtivas e impedir rebeliões. E isso não se conseguiria nas universidades:

Falta em nosso aparelhamento de estudos superiores, além de organizações universitárias sólidas, um centro de cultura político-social apto a inspirar interesse pelo bem coletivo, a estabelecer a ligação do homem com o meio, a incentivar pesquisas sobre as condições de existência e os problemas vitais de nossas populações, a formar personalidades capazes de colaborar, eficaz e conscientemente, na direção da vida social (Simonsen, op. cit., p.6).

A Escola surgia para difundir os avanços já conseguidos no campo das ciências sociais ao mesmo tempo em que, e principalmente, assumia a coordenação de uma atividade mais prática de produção de conhecimento sobre o universo social brasileiro:

E essa escola tem que pussuir um tal programa, que possa, além de seu curso normal, esboçar um plano de pesquisas sociais e coordenar a documentação já existente, dirigindo a formação de estatísticas adequadas, promovendo publicações periódicas de monografias e inquéritos, pesquisando os casos especiais pela aplicação dos métodos de observação e inquirição diretos, incentivando a formação de operadores capazes de tais cometimentos e enfim coordenando tudo quanto possa interessar ao perfeito conhecimento do meio em que vivemos e dos elementos necessários à solução dos problemas de governo (op. cit., 1933, p.13. Grifos meus).

A criação da Escola Livre de Sociologia e Política constituiu-se, pois, num dos principais momentos de uma prática particular - da grande indústria - que, incorporando o ideário político paulista da época, visava impor a sua vontade na sociedade brasileira como um todo. Nas palavras finais de seu discurso Simonsen não deixa dúvidas quanto às pretensões políticas do grupo que representava:

É preciso, portanto, que não só os paulistas, como todos os brasileiros, compreendam o alcance e os intuítos desta escola e não lhe regateiem o seu aplauso, a sua cooperação e o seu apoio. São Paulo, embora moralmente ferido pelos dissabores dos últimos anos, ainda aí, patenteará a sua considerável força de resistência e dará nova demonstração da sua indomável energia construtora (op. cit., p.43).

Era a grande indústria paulista reestruturando seu arsenal alguns meses depois dos acontecimentos de 1932. E a lucidez do discurso em nada se assemelha a lamúrias de derrotados. No curto período de Estado de Guerra e protegido pela bandeira constitucionalista da *Revolução de 1932* o oficialato da FIESP, transformada em quartel-general, comandou os destinos de São Paulo. Manteve sob dura disciplina toda a produção do estado e mostrou não ser nada desprezível a experiência adquirida ao longo de pouco mais de duas décadas de confronto com os trabalhadores.

Os conflitos políticos locais que haviam sido suspensos temporariamente na trégua estabelecida em função da luta contra o "inimigo comum" - o governo anticonstitucional de Vargas - estavam de volta e se evidenciavam também nas disputas travadas na busca de espaços no campo da educação. Afinal, foi em meio à intensa campanha em torno da criação de uma universidade em São Paulo, desenvolvida de maneira mais organizada a partir de meados da década de 20 pelo jornal *O Estado de São Paulo* (Cardoso, op.cit. pp. 43 e ss.), que os industriais ligados a setores perreperistas saem à frente com a Escola de Sociologia e Política.

Como já disse anteriormente, a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, é tida como um dos principais momentos do projeto político de aspirações nacionais do grupo do jornal *O Estado de São Paulo*. A prática política desse grupo, como era próprio da época, também se orientava pelo ideário da racionalização. Defendia a organização de uma sociedade fundada num liberalismo reformulado que pudesse fazer frente às novas exigências impostas pela sociedade de massas. Concepção de sociedade que, nos seus princípios gerais, se ajustava àquela apresentada por Simonsen no discurso já analisado. A administração das coisas públicas deve ser responsabilidade das elites que, iluminadas pela razão, se colocam acima de interesses próprios ou de

grupos e orientam as massas na realização do mundo civilizado.

Seja do lado dos industriais com predominância perrepeista, seja dos políticos ligados ao grupo do jornal *O Estado de São Paulo*, de estreitas relações com o Partido Democrático (PD), a educação aparecia como um dos lugares privilegiados na busca da imposição de uma vontade particular para toda a sociedade. Já nos anos que precederam os acontecimentos de 30, a reformulação do ensino em todos os níveis era vista como uma das principais medidas para fazer frente às crises pelas quais o país passava no período. Do discurso da modernidade dos anos 20, eram os educadores das mais diversas formações - engenheiros, sanitaristas, advogados, médicos, etc. que mais entendiam (CARVALHO, 1989; MONARCHA, 1990). O tema da normatização da sociedade em todos os níveis (DECCA, 1987) era uma constante e já surgira até em algumas ousadas utopias de anos anteriores (3). (V. nota 18, p. 16)

Se educar as massas - visando a uma disciplinarização - e capacitar elites dirigentes eram objetivos comuns aos fundadores da Sociologia e Política e da Universidade de São Paulo (USP), não se pode dizer que os princípios norteadores do ensino fossem idênticos. Para os primeiros, competência técnica e divisão profissional do trabalho na gestão das coisas públicas fundamentavam-se diretamente no ideário da administração industrial. Já no grupo d'*O Estado* evidenciava-se uma visão mais tradicional e uma preocupação com a formação de uma "elite ilustrada" (CARDOSO, op.cit., pp. 155 e ss.).

Quanto ao alcance político propriamente dito, sem dúvida a possibilidade de realização de projeto particular através da universidade se apresentava com condições muito mais amplas do que através de uma só escola. E certamente por isso mesmo, o preço pago por

esse sonho grandioso acabou resultando na sua própria inviabilização. A criação da Universidade de São Paulo somente se tornou possível com o grupo d'*O Estado* no poder, através da nomeação de Armando de Salles Oliveira para interventor de São Paulo, depois de compromisso político assumido com Vargas em meados de 1933. O golpe de 1937 põe fim de maneira brusca às aspirações políticas daquele grupo: as eleições para presidente são suspensas e o seu candidato, Armando de Salles Oliveira, acaba deixando o país, num longo exílio do qual retorna pouco antes de sua morte, em 1945.

Já a prática dos industriais em torno de Simonsen indicava, de maneira mais clara, que o exercício do poder não se restringia a espaços geograficamente determinados. A Escola de Sociologia e Política não precisou de decreto-lei para entrar em cena e, também, como vimos no início deste trabalho, mais especificamente com relação ao IDORT, não foi uma empresa solitária nessa prática de reorientação da vida estatal segundo a vontade da grande indústria.

BIBLIOGRAFIA

- CAPELATO, Maria Helena. **O Movimento de 1932 - a causa paulista**. Brasiliense, São Paulo, 1981.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. **A universidade da comunhão paulista**. Cortez, São Paulo, 1982.
- CARVALHO, Marta. **A Escola e a República**. Brasiliense, São Paulo, 1989.
- DECCA, Edgar Salvadori de. **1930 - O silêncio dos Vencidos**. Brasiliense, São Paulo, 1981.
- DECCA, Edgar Salvadori de. "O silêncio operário e o patriotismo triunfante", in *Folhetim*, 279 -Suplemento Cultural. **Jornal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23/5/1982.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas - cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

-
- FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito Social**. Difel, São Paulo, 1976.
- LEVINE, Robert M. **O regime Vargas**. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1980.
- LOCKE, John. "Segundo tratado sobre o governo - ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil". In **Os Pensadores**. Abril Cultural, São Paulo, 1978.
- MONARCHA, Carlos. **A reivenção da cidade e da multidão - dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova**. Cortez, São Paulo, 1990.
- MUNAKATA, Kazumi. **A legislação trabalhista no Brasil**. Brasiliense. São Paulo, 1981.
- OLIVEIRA, Clovis de. **A indústria e o Movimento Constitucionalista de 1932. Serviço de Publicações CIESP/FIESP**, São Paulo, 1956.
- ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das Massas**. Difel, São Paulo, 1971.
- SIMONSEN, Roberto. **Rumo à verdade**. São Paulo Editora, São Paulo, 1933. (Discurso proferido em 27/5/33)
- TENCA, Alvaro. **Razão e vontade política: o IDORT e a grande indústria nos anos 30**. Tese de mestrado. História, IFCH, Universidade de Campinas - UNICAMP, Campinas, 1987.
- VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1976.